



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC nº 00.073/12

Objeto: Licitação

Órgão – Prefeitura Municipal de Livramento

Licitação – Pregão Presencial nº 011/2011 –
Julga-se regular. Determina-se o
arquivamento do processo.

ACÓRDÃO AC1 – TC – 1.083/2012

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Processo TC nº 00.073/12, referente à licitação nº 011/2011, na modalidade Pregão Presencial, realizada pela Prefeitura Municipal de Livramento, objetivando a aquisição parcelada de medicamentos diversos e materiais odontológicos, ambulatoriais e laboratoriais, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em:

- 1) **JULGAR REGULAR** a Licitação de que se trata;
- 2) **DETERMINAR** o arquivamento dos autos.

Presente ao Julgamento o representante do Ministério Público.
TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Adailton Coelho Costa

João Pessoa, 26 de abril de 2012.

Cons. ARTHUR PAREDES CUNHA LIMA
PRESIDENTE

Cons. Subst. ANTONIO GOMES VIEIRA FILHO
RELATOR

Fui presente

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 00.073/12

RELATÓRIO

Trata o presente processo do exame de legalidade da licitação nº 011/2011, na modalidade Inexigibilidade, realizada pela Prefeitura Municipal de Livramento, objetivando a aquisição parcelada de medicamentos diversos e materiais odontológicos, ambulatoriais e laboratoriais.

O valor total foi da ordem de R\$ 434.801,40 tendo sido licitante vencedora a empresa A. Costa Comércio Atacadista de Produtos Farmacêuticos Ltda.

Após exame da documentação pertinente, a Unidade Técnica constatou algumas irregularidades, o que ocasionou a notificação da autoridade responsável, que acostou defesa nesta Corte e, depois de analisada, foi considerada suficientemente para sanar as falhas apontadas inicialmente, verificando, ainda a Auditoria, que foram observados os requisitos legais e normativos aplicáveis ao procedimento, que os preços contratados se encontravam compatíveis com os praticados no mercado, razão pela qual não foi o processo previamente examinado pelo Ministério Público Especial.

É o relatório.

VOTO

Considerando as conclusões a que chegou a equipe técnica, bem assim o parecer oferecido pelo Ministério Público Especial, proponho que os Srs. Conselheiros membros da **Iª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba**:

- I) JULGUEM REGULAR a Licitação sob exame;
- II) DETERMINEM o arquivamento dos autos.

É o voto!

Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho
Relator